

*Recorrido:* Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (representantes: R. Pethke, agente)

*Outra parte no processo na Câmara de Recurso, interveniente no Tribunal Geral:* Brauerei Schlösser GmbH (Düsseldorf, Alemanha) (representante: J. Flick, advogado)

### Objeto

Recurso interposto da decisão da Segunda Câmara de Recurso do IHMI, de 25 de janeiro de 2010 (processo R 820/2009-2), relativo a um processo de oposição entre a Brauerei Schlösser GmbH e a Barilla G. e R. Fratelli SpA.

### Dispositivo

1. É negado provimento ao recurso.
2. A Barilla G. e R. Fratelli SpA é condenada nas despesas.

(<sup>1</sup>) JO C 148, de 5.6.2010.

### Acórdão do Tribunal Geral de 27 de março de 2012 — Armani/IHMI — Del Prete (AJ AMICI JUNIOR)

(Processo T-420/10) (<sup>1</sup>)

[«**Marca comunitária — Processo de oposição — Pedido de marca figurativa comunitária AJ AMICI JUNIOR — Marca figurativa nacional anterior AJ ARMANI JEANS — Marca nominativa nacional anterior ARMANI JUNIOR — Motivo relativo de recusa — Artigo 8.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (CE) n.º 207/2009**»]

(2012/C 133/46)

Língua do processo: italiano

### Partes

*Recorrente:* Georgio Armani SpA (Milão, Itália) (Representante: M. Rapisardi, advogado)

*Recorrido:* Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (Representante: G. Mannucci, agente)

*Outra parte no processo na Câmara de Recurso, interveniente no Tribunal Geral:* Annunziata Del Prete (Nápoles, Itália) (Representante: R. Bocchini, advogado)

### Objeto

Recurso da decisão da Segunda Câmara de Recurso do IHMI, de 8 de julho de 2010 (processo R 1360/2009-2), relativa a um processo de oposição entre Georgio Armani SpA e A. Del Prete.

### Dispositivo

1. A decisão da Segunda Câmara de Recurso do Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

(IHMI), de 8 de julho de 2010 (processo R 1360/2009-2) é anulada.

2. O IHMI e A. Del Prete suportarão, cada um, metade das despesas efetuadas por Georgio Armani SpA perante a Câmara de Recurso.
3. O IHMI e A. Del Prete suportarão, cada um, além das suas próprias despesas, metade das despesas efetuadas por Georgio Armani perante o Tribunal Geral.

(<sup>1</sup>) JO C 301 de 06.11.2010

### Acórdão do Tribunal Geral de 21 de março de 2012 — Fulmen e Mahmoudian/Conselho

(Processos apensos T-439/10 e T-440/10) (<sup>1</sup>)

(«[**Política externa e de segurança comum — Medidas restritivas tomadas contra a República Islâmica do Irão para impedir a proliferação nuclear — Congelamento de fundos — Recurso de anulação — Dever de fundamentação — Direitos de defesa — Direito a uma proteção jurisdicional efetiva — Erro de apreciação — Onus e grau da prova**]»)

(2012/C 133/47)

Língua do processo: francês

### Partes

*Recorrentes:* Fulmen (Teerão, Irão) e Fereydoun Mahmoudian (Teerão) (Representante: A. Kronshagen, advogado)

*Recorrido:* Conselho da União Europeia (Representantes: M. Bishop e R. Liudvinaviciute-Cordeiro, agentes)

*Interveniente em apoio do recorrido:* Comissão Europeia (Representantes: M. Konstantinidis e É. Cujo, agentes)

### Objeto

Por um lado, pedido de anulação da Decisão 2010/413/PESC do Conselho, de 26 de julho de 2010, que impõe medidas restritivas contra o Irão e revoga a Posição Comum 2007/140/PESC (JO L 195, p. 39), do Regulamento de Execução (UE) n.º 668/2010 do Conselho, de 26 de julho de 2010, que dá execução ao n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 423/2007 que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 195, p. 25), bem como da Decisão 2010/644/PESC do Conselho, de 25 de outubro de 2010, que altera a Decisão 2010/413 (JO L 281, p. 81) e do Regulamento (UE) n.º 961/2010 do Conselho, de 25 de outubro de 2010, que impõe medidas restritivas contra o Irão e revoga o Regulamento (CE) n.º 423/2007 (JO L 281, p. 1), na parte em que estes atos dizem respeito aos recorrentes e, por outro lado, um pedido de reconhecimento do prejuízo por estes sofrido com a adoção dos atos acima referidos.